

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR EM TEFÉ/AM*

Osmar Fávero

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação

Fabício Valentim da Silva

Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas

Leni Rodrigues Coelho

Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas

Introdução

Este trabalho tem como objetivo mostrar a presença do Movimento de Educação de Base (MEB), no município de Tefé, região amazônica do Médio Solimões, considerando o caráter político-pedagógico das práticas educativas por ele desenvolvidas, após os “anos áureos” do Movimento (1961-1966), em nível nacional. Em particular, visa a analisar as práticas pedagógicas do MEB e do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em Tefé, no período de 1976 a 1982, tentando compreender os fatores que contribuíram para e dificultaram esta ação conjunta no período de repressão, já que os dois movimentos apresentavam objetivos distintos.¹

Para alcançar os resultados essenciais em uma pesquisa:

O historiador não parte dos fatos, mas dos materiais históricos, das fontes, no sentido mais extenso deste termo com ajuda dos quais constrói o que chamamos os fatos históricos. Constrói-os na medida em que seleciona os materiais disponíveis em função de um certo critério de valor, como na medida em que os articula, conferindo-lhes a forma de acontecimentos históricos. (SCHAFF, 1978, p.307)

O estudo realizado pautou-se na análise de documentos primários: relatórios, regulamentos, diários pessoais de supervisores e monitores do MEB, projetos, legislação, manuscritos, livros e material didático, correspondência e fotografias, entre outros documentos produzidos pelo MEB Tefé. Estas fontes documentais estão preservadas na prelazia da Igreja Católica da cidade, abrigadas em três setores da mesma: na Sala da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Centro de Treinamento da Igreja Católica Irmão Falco

* Publicado em Osmar Fávero e Maria das Graças Pinheiro (Orgs.). *Diversidade na educação de jovens e adultos*. Brasília: Liber Livro; Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012, p. 169-209.

¹ Foram base para este trabalho os artigos “A gênese do Movimento de Educação de Base em Tefé-AM: educação política e participação popular (1955-1966)”, de Maria Mírian dos Santos Pereira, da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, e “História e memória da educação popular em Tefé-AM: o caso do MEB e do MOBRAL”, de Fabício Valentim da Silva e Leni Rodrigues Coelho.

e na Rádio Educação Rural de Tefé. Apesar da diversidade de informações contida nos documentos, ainda são escassos os estudos que visam historiar o MEB em Tefé nos períodos em questão.

A maior parte dos documentos do MEB relativos ao período 1967-1971 encontra-se na sala da CPT. Os documentos que se encontram no Centro Irmão Falco compreendem o período 1976-1982, quando o movimento se expandiu para outros municípios vizinhos: Carauari, Jutai e Fonte-Boa, região do Médio Solimões, tendo Tefé como pólo. Quanto à documentação do MOBREAL, verificou-se que foi guardada na Prefeitura Municipal de Tefé; na década de 1980, no entanto, o prédio da Prefeitura sofreu um incêndio, tendo sido queimados vários documentos, inclusive os do MOBREAL.

No tocante a análise dos documentos investigados, levamos em conta as seguintes prerrogativas apontadas por Nosella & Buffa (2000, p. 18- p.19):

[...] O documento escrito, é, sem duvida, uma fonte a considerar, mas há [fontes] mais preciosas. É o próprio conceito de fonte que se alarga. Em se tratando de história da educação, memórias, histórias de vida, livros e cadernos dos alunos, discursos e solenidades, atas, jornais da época, almanaques, livros de ouro, relatórios, fotografias, etc. são fontes importantíssimas.

Para suprir a ausência de documentação e poder analisar de forma consistente as ações do MEB, assim como sua relação com o MOBREAL, trabalhou-se com a história oral. Com base em um roteiro de perguntas norteadoras, foram entrevistados: o primeiro coordenador do MEB Tefé, Protásio Lopes Pessoa, três ex-supervisores/coordenadores que participaram de ambos os movimentos, cinco ex-alunos e cinco ex-professores/monitores. A história oral foi utilizada como técnica, com a intenção de complementar os dados analisados nas fontes primárias do objeto investigado.

O conjunto das histórias colhidas, além de propor discussão sobre as motivações individuais e coletivas que levaram ao projeto, serve para que, equipadas, forneçam elementos capazes de iluminar o conjunto das individualidades que apenas se sustentam sob alguns traços comuns (MEIHY, 2007, p. 28).

A pesquisa situa-se no campo da História da Educação, mais especificamente na linha da História e Historiografia da Educação. Ancorou-se também no levantamento bibliográfico, pois é praticamente impossível desenvolver um estudo histórico e científico sem a fundamentação em pressupostos que direcionem a “reconstrução” do objeto. Por isto, o estudo teve como embasamento teórico-metodológico autores como Paiva (1983), Haddad (1991), Correa (1979), Fávero (2006), Jannuzzi (1979), e Beisiegel (1974). Em particular, Certeau (1982, p. 66, p. 67) afirma:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

Convidamos o leitor a conhecer a origem, a implantação e a evolução das práticas educativas do MEB Tefé, ou seja, sua gênese desde 1955, assim como suas transformações e permanências durante os anos 1967-1982. **Como suas atividades foram encerradas em 2002, ainda se faz necessário complementar a pesquisa, para cobrir os últimos anos de sua atuação.**

As origens do MEB, como movimento nacional

O MEB foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em março de 1961, para desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Sua implementação foi prestigiada pela Presidência da República e sua execução apoiada por vários ministérios e órgãos federais e estaduais, mediante financiamento e cessão de funcionários. Foi prevista também importante colaboração do Ministério de Viação e Obras Públicas, à época responsável pela concessão dos canais de radiodifusão, visando a agilizar os processos de criação e ampliação de emissoras católicas.

O programa teria a duração de cinco anos, devendo ser instaladas, no primeiro ano, 15 mil escolas radiofônicas, a serem aumentadas progressivamente. Para tanto, a CNBB colocava à disposição do governo federal a rede de emissoras filiadas à Representação Nacional das Emissoras Católicas (Renec), comprometendo-se a aplicar adequadamente os recursos recebidos do poder público e a mobilizar voluntários para atuar junto às escolas como monitores e às comunidades como líderes.

As origens do MEB têm sido localizadas nas experiências de educação pelo rádio realizadas pelos bispos brasileiros na Região Nordeste, principalmente no Rio Grande do Norte e em Sergipe, nos anos de 1950. Efetivamente, foi D. José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju, que, a partir da experiência realizada por D. Eugênio Sales na Diocese de Natal e de sua própria iniciativa em Sergipe, formalizou à Presidência da República, em nome da CNBB, proposta de criação de amplo programa de alfabetização e educação de base, valendo-se de escolas radiofônicas.

O primeiro objetivo do MEB era "ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, por meio de programas radiofônicos especiais com recepção organizada". Explicitava: "Entende-se como educação de base o conjunto dos ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades" (MEB, 1965, p.19). Visando a realizar esse objetivo, propunha-se a: a) executar, naquelas áreas, programa intensivo de: alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, sobretudo agrícola, e promoção social; b) suscitar em torno de cada escola radiofônica a organização da comunidade, despertando-lhe o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária do país; c) velar pelo desenvolvimento espiritual do povo, preparando-o para o indispensável soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas e ajudando-o a defender-se de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade." (MEB, 1961:23)

É proposta também uma primeira síntese do então chamado "sistema de escolas radiofônicas": a) *equipe local* (ou *central*), constituída junto a uma emissora, em geral de propriedade da Igreja e sob a responsabilidade do bispo diocesano, compreendendo coordenação e apoio administrativo, supervisores responsáveis pela escolha e treinamento dos monitores e pelo funcionamento das escolas, e professores-locutores, encarregados da

produção e emissão de aulas e outros programas educativos. Os elementos dessa equipe, antes de iniciarem o trabalho, eram treinados e selecionados por uma Equipe Técnica Nacional; b) *monitores*, elementos da comunidade que desenvolviam trabalho voluntário e gratuito, na instalação da escola, matrícula dos alunos, controle de sua frequência, auxílio aos alunos para o aproveitamento das aulas radiofonizadas, aplicação de provas, envio de relatórios mensais sobre o andamento dos trabalhos. Fixava-se como requisito mínimo que soubessem ler e escrever e demonstrassem capacidade para seguir as instruções das aulas radiofonizadas. Eram treinados para suas funções e apoiados pelos supervisores, inclusive nos trabalhos comunitários. Para isto, desejava-se que tivessem liderança efetiva, ou pelo menos potencial, e cuidava-se de sua capacitação e promoção; c) *escolas radiofônicas*, que funcionavam em escolas isoladas, salas paroquiais, sede de fazendas, barracões construídos para esse fim e, sobretudo, nas casas dos próprios monitores, com instalações pobres: mesa e bancos de madeira rústica. O MEB fornecia quadro de giz, rádio-cativo (a pilhas e sintonizado apenas na estação que transmitia as aulas e os programas educativos) e lampião de querosene (mais tarde, Aladim a gás), cartilhas e livros de leitura. As emissões eram, em geral, feitas no começo da noite e as escolas funcionavam em horário adequado à população rural. Recepção organizada significava um grupo de alunos reunidos em núcleos de recepção para ouvir a aula e debater os temas tratados com um professor assistente ou um monitor, que se encarregava ainda das explicações complementares. Concretamente, funcionava como uma unidade escolar. Esperava-se que os alunos – adolescentes, jovens e adultos – não só aprendessem a ler, a escrever e assimilar noções da educação de base, mas, sob a liderança do monitor, concretizassem essa educação executando tarefas diversas na comunidade: campanhas de filtro, construção de fossas, vacinação, registro civil etc. Esperava-se ainda que se comprometessem com outros trabalhos de desenvolvimento comunitário: organização de clubes, grupos de representação ou organizações de classe.

A segunda metade dos anos de 1950 e o início dos anos de 1960 foram extremamente férteis no que diz respeito às propostas de mudanças econômico-sociais do país, sintetizadas na ideologia do desenvolvimentismo. Ao lado do crescimento da industrialização, os centros urbanos, e da conseqüente organização dos sindicatos operários, encaminhava-se a organização dos trabalhadores rurais, principalmente através das “ligas camponesas” e dos sindicatos rurais, o que significava a expansão do *populismo* político para o meio rural. Em termos culturais, a abertura democrática do período permitiu a gestação de experiências renovadoras em todas as expressões artísticas. Por sua vez, houve intensa mobilização em torno da “defesa da escola pública” e acaloradas discussões sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, promulgada em dezembro de 1961.

Simultaneamente, as encíclicas sociais de João XXIII, *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963); o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1963); as mensagens sociais da CNBB (1962 e 1963), na esteira daquelas encíclicas e do clima conciliar, assim como o Plano Pastoral de Conjunto (1962) fixaram nova orientação para a Igreja Católica no Brasil. A partir deste contexto e influenciado pela organização da Ação (Popular) (AP),² havendo iniciado seus trabalhos com uma proposta a rigor já teoricamente superada, após dois anos de experiências, em seu 1º Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em dezembro de 1962, o MEB reviu os trabalhos realizados, sistematizou e fundamentou sua prática. Em conseqüência, redefiniu seus objetivos e sua metodologia de ação, integrando-os em nova postura ideológica, ombreando-se com os outros movimentos de cultura e educação popular criados no mesmo período, com os quais passou a dialogar.

² Nota sobre a AP

A partir desse 1º Encontro, o MEB assumiu a *conscientização* como seu objetivo principal, com toda a força que este conceito tinha na época, e fixou como seu objetivo primeiro: “Considerando as dimensões totais do homem e utilizando todos os processos autênticos de conscientização, contribuir de modo decisivo para o desenvolvimento do povo brasileiro, numa perspectiva de autopromoção que leve a uma transformação de mentalidades e estruturas.” (MEB, 1962)

Afirmando que essa transformação se afigurava urgente naquele momento, para atingir esse objetivo redefine também a educação de base, que passaria a consistir em: a) alfabetização e iniciação em conhecimentos que se traduzissem no comportamento prático de cada homem e da comunidade, no que se refere: à saúde e à alimentação (higiene), ao modo de viver (habitação, família, comunidade), às relações com os semelhantes (associativismo), ao trabalho (informação profissional), ao crescimento espiritual; b) conscientização do povo, levando-o a descobrir o valor próprio de cada homem; despertar para os seus próprios problemas e provocar uma mudança de situação, buscar soluções, caminhando por seus próprios pés, assumir responsabilidades de soerguimento de suas comunidades; c) animação de grupos de representação, promoção e pressão; d) valorização da cultura popular, pesquisando, aproveitando e divulgando as riquezas culturais próprias do povo. (MEB, 1962)

Em decorrência, reviu sua forma de trabalhar, reformulando a programação radiofônica, aproximando-se mais das comunidades, assumindo a formação de líderes para os sindicatos rurais. Em particular elaborou, em 1963, o Conjunto Didático *Viver é Lutar*, composto de um texto para os recém-alfabetizados e manuais contendo instruções para os professores-locutores. O livro de leitura, em particular, pode ser considerado o “catecismo ideológico” do MEB, no período, e a apreensão de parte de sua edição, ainda na gráfica, pela política de Carlos Lacerda, governador do então estado da Guanabara, em meados de fevereiro de 1964, deu início à crise do Movimento, radicalizada pelo golpe civil-militar de 31 de março.

Este golpe não só cortou estas perspectivas como aguçou o controle ideológico da hierarquia católica sobre o MEB e desencadeou uma onda de denúncias e repressão policiaesca, por parte do governo e de grupos de direita. Apesar disso, foi o único movimento de cultura e educação popular que sobreviveu ao golpe de 1964, pelo prestígio da Igreja Católica. Mas teve de reorientar suas práticas, mantendo-as com dificuldades até 1966, quando os sistemas estaduais maiores, situados no Nordeste e do Centro-Oeste, estrangulados pela falta de financiamento, encerraram suas atividades. Alguns sistemas locais foram mantidos, como os de Natal, Mossoró e Caicó, no Rio Grande do Norte, e Aracaju, em Sergipe. A exceção ficou por conta dos sistemas da região Norte do país, que recém tinham iniciado as atividades e passaram a constituir-se em uma nova frente de ação do movimento. No entanto,

[...] mesmo que os sistemas radiofônicos remanescentes (Sergipe, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas) tenham sido obrigados a regredir a uma forma tardia de educação fundamental, nesta segunda fase procura-se manter o essencial do Movimento. Há reflexões e aprofundamentos bastante amadurecidos sobre o modelo pedagógico, assim como sistematizações originais quanto ao trabalho com grupos. Também são muito importantes as tentativas de regionalização dos sistemas, no Norte e no Nordeste, com programação e elaboração do material didático específico para cada Estado. (Fávero, 1990, [s/p]).

A “gestação” do MEB Tefé

Quando Dom Joaquim de Lange assumiu a prelazia de Tefé, sistematicamente fazia viagens à zona rural, para averiguar o cotidiano dos povos ribeirinhos que habitavam as margens dos rios do Médio Solimões. Logo percebeu as dificuldades dos povoados por onde passava, mas o que mais chamou sua atenção foi o fato da maioria da população rural ser analfabeta e constatar que as condições geográficas da região não ofereciam nenhuma condição que pudesse vir favorecê-la.

Em 1955, participou de uma reunião na cidade de Medellín (Colômbia), conhecendo a experiência de Sutatenza, pela qual Mon. Salcedo afirmava haver alcançado toda população da sua prelazia através de uma emissora catequética e educativa. Em sua volta, Dom Joaquim deu início aos contatos com os ministérios do governo federal responsáveis pela autorização de instalação e funcionamento de emissoras radiofônicas. Nessa segunda metade dos anos de 1950, com a mesma inspiração, D. Eugênio Sales havia começado a implantação das escolas radiofônicas de Natal, no Rio Grande do Norte, no que foi seguido por D. José Vicente Távora, em Sergipe.

O depoimento de Protásio Lopes, primeiro coordenador do MEB Tefé, é revelador:

O MEB veio para Tefé trazido por Dom Joaquim de Lange, mas antes de falar propriamente no MEB quero falar da situação da área em que atuou o MEB. A área do MEB foi desde o município de Coari, Catuá até Jutai onde terminava a área da prelazia, e de Juruá até Eirunepé e todo o Japurá. Essa área era uma área que cresceu e foi colonizada através da exploração dos produtos naturais da pesca, da caça, e da castanha também. Esses produtos produziam uma riqueza aqui, mas eram levados para fora. A população que praticava esse trabalho eram os ribeirinhos que moravam lá, descendentes de índios e nordestinos que vieram para cá, para a extração da borracha e começou em 1897, a borracha e esses produtos todos produziam as riquezas do município e eram todos levados para fora. A população nem plantava roças com capacidade econômica. Plantavam rocinhas incipientes que não dava nem para o sustento da família. Porque os homens eram obrigados a trabalhar na extração desses produtos: pesca nos lagos em certa época do ano, depois a extração da borracha em outro período, a castanha no outro. Ficavam só as mulheres e filhos na casa e eles não plantavam roça, então era simplesmente uma pobreza imensa a população se achava meio escravizada, porque dependia tudo do patrão. [D. Joaquim Lange procurou] achar um meio de atingir toda a população, aqueles que ele chamava esquecidos, abandonados, que viviam nos paranás, nos lagos, naquelas áreas no centro das florestas, quase inacessíveis. Então ele pensou numa maneira de atingir toda aquela população. Em 1955 ele fez uma reunião comunicando o desejo dele criar um órgão de uma forma de atingir essas populações. É exatamente nesse ambiente que o MEB foi atuar, como foi tratar uma forma da pessoa se promover sair por suas forças dessa situação de domínio.

Mesmo antes da criação do MEB, em 1961, D. Lange preocupou-se com a preparação da primeira equipe de trabalho, por meio de vários seminários de estudos sobre a educação de base e o funcionamento de escolas radiofônicas. O futuro coordenador do MEB Tefé, Protásio

Lopes, realizou estágios em Natal e Aracaju, para conhecer o funcionamento dos sistemas e os programas radiofônicos produzidos.

O MEB tornou-se realidade em Tefé, a partir de janeiro de 1964: a Rádio Educação Rural foi inaugurada em 15 de dezembro de 1963, quando foi recebida a concessão do governo federal para instalação e os membros da primeira equipe participou do treinamento realizado pelo MEB Nacional, no mesmo mês, para a formação das equipes da Amazônia: Belém, Bragança e Santarém, no Pará; Manaus, Tefé e Coari, no Amazonas; e Porto Velho, em Rondônia.

A Rádio Educação Rural exerceu um papel crucial na expansão do movimento para outras áreas de atuação, passando a atingir os municípios vizinhos, que compunham o sistema do MEB Tefé: Alvarães, Maraã, Japurá (Limoeiro), Fonte Boa, Jutai, Caruari e Uarini. A partir de 1964, tendo em vista a extensão territorial, foram formados três subsistemas: Fonte Boa, Caruari e Jutai, com vistas a facilitar o trabalho de coordenação e apoio pedagógico.

Mas, qual a importância do rádio nesse processo educativo? Para Benjamin do Lago, um dos idealizadores da educação pelo rádio no Brasil, nos anos de 1950 (citado por Fávero, 2006, p.34):

O nosso método se caracteriza, essencialmente, pela articulação do rádio com a escola. Na sua estruturação unem-se às vantagens pedagógicas da escola os elementos de vida, penetração e coordenação do rádio. A campanha, deste modo, sem prejuízo do contato direto com os alunos, através da escola, ganha, com o uso do rádio, muito mais larga possibilidade de extensão. Uma, a escola, mantém o mesmo papel clássico de verticalidade. Outro, o rádio, multiplica em extensão essa verticalidade. Não é, portanto um meio apenas, como poderia parecer, de maior extensão. Isto poderia acontecer se suprimisse o contato direto com os alunos, isto é, se os alunos ficassem invisíveis, como acontece nas aulas apenas pelo rádio. Mas não é este o caso. Aqui há dois elementos: o rádio e a escola. Ou melhor: o rádio e uma rede de núcleos receptores, que tem o mesmo papel da escola no sentido comum.

Por isso, o rádio torna-se um elemento essencial para levar o “saber” às comunidades mais longínquas e a provocar a “conscientização” dos indivíduos e grupos populares. Em Tefé, isso não foi diferente, pois a educação via rádio chegou até aqueles povoados que nunca tinham vindo à sede do município e eram esquecidos pelos governantes locais e nacionais.

Após o golpe de 1964, quando as experiências realizadas no Nordeste e no Centro-Oeste, consideradas exitosas, começaram a ser censuradas e os sistemas maiores foram obrigados a encerrar suas atividades, o MEB Tefé, durante os primeiros anos de sua atuação, retomou o modo inicial do trabalho do MEB: formação de escolas radiofônicas para a alfabetização (ler, escrever, contar), formação de liderança e organização de comunidades, em diferentes áreas, associadas à formação religiosa. No entanto, sua implantação relativamente tardia, a situação da Igreja Católica e da população na região, e as características do grupo responsável deram origem a uma forma de atuação específica.

Nesse sentido, deve-se levar em conta também que a região Norte tem as vias fluviais como principal meio de transporte, em virtude da grande quantidade de rios, lagos e afluentes, sendo impossível, para algumas localidades, o transporte terrestre. As grandes distâncias e o difícil acesso ao interior tornaram-se empecilhos enfrentados pelo regime ditatorial militar brasileiro na região amazônica, que impediam uma rígida fiscalização sobre as práticas educativas desenvolvidas pelo MEB, na zona rural. Para Ana Mota, ex-supervisora

do MEB Tefé, o financiamento internacional, recebido desde os primeiros anos de funcionamento, pode ser considerado como um fator de contribuição para a evolução do movimento:

[O MEB Tefé] funcionava com recursos de projetos de instituições internacionais. Então não era assim tão ligado, praticamente não dependia do governo. Eu acredito que foi isso que fez ele sobreviver, porque se ele fosse uma instituição ligado ou dependente totalmente do governo ela teria sido afetado. Mas, ela funcionava pelos projetos, com doações internacionais e também era muito ligado à Igreja.

Estrutura e organização do MEB em Tefé

A estrutura educacional do MEB Tefé era organizada nos moldes exigidos pelo MEB Nacional, com coordenadores, supervisores, professores-locutores e monitores. Todos, em um trabalho de equipe, contribuíam para a expansão do movimento para as áreas rurais carentes da região.

O trabalho do coordenador não era tanto na comunidade; atuava mais na sede do município, ocupando-se da organização da equipe e dos trabalhos que por ela desenvolvido, auxiliando sempre os supervisores, os monitores e os comandantes dos barcos. Coordenava o escritório de um modo geral, inclusive com a documentação administrativa. Era quem assinava as carteiras, preenchia as folhas de recolhimento do INSS, PIS e FGTS. Preocupava-se também com o funcionamento da emissora, acompanhando os professores que deveriam produzir e irradiar os programas educativos.

Para ex-coordenador do MEB Tefé, Protásio Lopes, os trabalhos procediam da seguinte maneira:

O Coordenador coordenava, do verbo coordenar, a gente organizava o pessoal para trabalhar. Mas o meu caso era o seguinte, o nosso, formávamos uma equipe (você trabalha no escritório, estão sentadas dez pessoas lá, mas cada um independente isso não forma uma equipe), nossa equipe não, sentávamos cada vez, cada dia mais ou menos umas dez horas, puxava as cadeiras e vamos conversar aqui, agente ia conversar em equipe, trocar idéia, tudo era discutido em equipe.

Faziam parte da equipe os supervisores que visitavam as escolas, para acompanhar o trabalho dos monitores e avaliar o desempenho dos alunos. Mantinham também contatos com os moradores dos povoados ribeirinhos, ajudando-o, por exemplo, na legalização documental do povoado, para que viesse a gozar da categoria de comunidade.

A supervisão nas áreas rurais aonde o MEB Tefé atuava era realizada de 15 em 15 dias, auxiliando diretamente os monitores, visando garantir a qualidade da ação pedagógica e o caráter social e a do movimento. O supervisor visitava todas as casas, colhia informações sobre de que maneira estava funcionando a escola, como estavam sendo feitos os trabalhos comunitários, corrigia os cadernos dos alunos. Eram feitas reuniões para conhecer de que maneira estavam sendo desenvolvidas as aulas, averiguar se os monitores faltavam muito, se as aulas deles cumpriam com os horários estabelecidos, se usavam o rádio ou só as cartilhas.

Visitavam ainda algum grupo social existente no povoado. Segundo Maria, ex-supervisora do MEB, as visitas feitas às comunidades tinham os seguintes objetivos:

Eu passava nas comunidades ajudando, por exemplo: a documentação da comunidade, então a minha contribuição era verificar o que aquela comunidade queria, se precisava do estatuto ou o registro do cartório para tirar o CNPJ, o que realmente ela estava precisando. Então eles passavam, a gente estava com essa questão da organização de ver como era que estava e como poderia ser possível. Na escola a gente supervisionava para ver os trabalhos dos monitores e como era que estava, o desempenho dos alunos. Em algumas comunidades trabalhavam com o clube de mães e dentre essas mães procurávamos saber o que elas estavam querendo; quais os trabalhos delas.

As dificuldades enfrentadas pelos supervisores na realização das viagens às comunidades ribeirinhas eram bastante frequentes. O único meio de realizar as visitas era por via fluvial; os barcos, porém, tinham pouca potência e sofriam com o “banheiro” nos rios. Quando a equipe regressava da viagem para a sede, era realizada uma reunião com a coordenação, apresentando em forma de relatórios os pontos positivos e negativos dos assuntos debatidos em cada comunidade.

Na sede atuavam os “professores locutores”, encarregados da preparação e transmissão das aulas via rádio para as comunidades, dando suporte aos monitores “assistentes” que lá se encontravam. As aulas para os jovens e adultos eram normalmente irradiadas no horário noturno, no período das 19 às 22 horas. O MEB Tefé foi talvez o único sistema a manter núcleos de adolescentes, de 2ª a 6ª feiras, na parte da manhã, das 8 às 11:30 horas. Pelos documentos e depoimentos, entende-se que transmissão radiofônica ocupava apenas parte desse horário. Após seu término, o monitor dava continuidade à aula, explicando os conteúdos repassados e tirando as dúvidas dos alunos.

Os monitores eram pessoas da própria comunidade; a maioria tinha cursado até a 4ª série. O MEB preocupava-se em prepará-lo por meio de um treinamento para transmitir os novos conhecimentos a sua comunidade. Essa forma de trabalho facilitou a implantação das escolas radiofônicas e o grande desenvolvimento do MEB: em lugar de enviar professores para as comunidades, capacitava-se uma pessoa da própria comunidade para ser monitor. Os monitores trabalhavam como voluntários, sem receber remuneração. Somente nos anos 1980, em função dos convênios com o MOBREAL, a prefeitura municipal de Tefé passou a contribuir com uma pequena gratificação aos monitores.

Os cursos e treinamentos para a equipe do MEB Tefé, inclusive para os monitores, eram realizados na Missão, área indígena pertencente ao município de Tefé, que possuía casas da Igreja com boa estrutura física. Os cursos ocorriam na maioria das vezes no período de férias, nos quais eram debatidos assuntos referentes à escola e à comunidade. Posteriormente, passaram a ser organizados por setor, ou seja, algumas comunidades serviam de ponto estratégico para as demais. Reunia-se aproximadamente de cinco a dez comunidades no mesmo local, para discutirem assuntos gerais referentes ao MEB e o que poderia ser feito para aperfeiçoarem a ação pedagógica do movimento.

Fávero (2006, p.141) comenta:

Os treinamentos de monitores e, em termos mais gerais, os treinamentos de líderes, eram pontos fortes do trabalho do MEB. A partir do cotidiano do meio rural, isto é dos problemas concretos do trabalho e da vida, e através de um questionamento progressivo, caminhava-se para uma visão geral dos problemas, procurando analisá-los numa perspectiva de conjunto.

Como em todas as áreas do MEB, em geral, as escolas radiofônicas, em sua maioria, funcionavam na casa do próprio monitor, por não haver escolas nos povoados. Na medida em que a comunidade se organizava, os moradores construíaam “casas comunitárias” que abrigavam as escolas radiofônicas e eram o local de reuniões, encontros e festas. O MEB fornecia o rádio-receptor, o quadro de giz, inicialmente um lampião a querosene, depois o lampião Aladim a gás, além de algum material didático.

Segundo a ex-supervisora e ex-coordenadora Ana Mota, esse material, no entanto, continha desenhos, expressões, leituras e contos do Nordeste e os monitores tinham dificuldades de transmitir aos alunos o conhecimento, em razão da linguagem não ser da própria região. O MEB Tefé procurou então desenvolver sua própria cartilha, a partir de uma pesquisa vocabular que registrou aproximadamente 3 mil palavras de toda região: o nome dos peixes, árvores e plantas da mata, o pote, a pupunha etc. Ainda segundo Ana Mota, essa cartilha foi dividida em três partes: a primeira voltada para a própria pessoa; a segunda para as questões sociais dos povoados; a terceira para a sociedade de modo geral. Tudo desenvolvido da maneira mais simples possível, para atender às necessidades do ribeirinho, pois, não se queria mudar a linguagem deles, mas sim despertar a consciência para reivindicações pelos seus direitos. Este material foi aceito pelo MEB Nacional, sendo impresso em Brasília e também divulgado para outros estados: Piauí, Alagoas, Pará, Amapá etc.³

Perguntada sobre os pontos positivos e negativos da ação do MEB, em seu depoimento, Ana Mota, afirma que se procurava sempre contextualizar as atividades educativas com realidade sociocultural dos educandos, partindo do linguajar do caboclo para alfabetizá-lo. Ao mesmo tempo, através da conscientização, procurava despertar os ribeirinhos para a importância de sua participação, enquanto cidadão, na construção de uma sociedade justa. No povoado, a ação do MEB não se limitava à escola, os monitores desenvolviam outras atividades, a fim de despertar a consciência dos alunos.

Então assim foi muito bom mesmo, é sei que lá teve uma época muito forte, os ribeirinhos puderam fazer encontros, puderam reivindicar pelos seus direitos, puderam se documentar. Então o MEB fez campanha de documentação orientando o pessoal pra tirar o CPF, a carteira de identidade, a fazer o registro das crianças. Foi feito campanhas de saúde, as prevenções, campanha de filtros, o uso da água fervida, a campanha para se construir as fossas porque o pessoal não tinha e ia ali na beira do mato. Eu acho que isso tudo foi se somando positivamente, além do que já falei na leitura e da escrita, do senso crítico que criou neles, o empenho nas atividades comunitárias, na formação de grupos comunitários, com sua etapa, suas variedades a organização comunitária: o clube de mães, com o grupo de jovens, as equipes de evangelização, os monitores, então assim foi bem diversificado.

Ao monitor, então, não caberia somente a responsabilidade cuidar da escola e de alfabetizar, mais também educar e conscientizar. Para isto, deveria ter

[...] competência para desempenhar funções assemelhadas às de regente de classe e, sobretudo a responsabilidade na organização e funcionamento da escola, inclusive a guarda do material. Como a ação do MEB não pretendia se esgotar na escola radiofônica, o Monitor deveria ser representativo de sua comunidade e, como tal, conhecedor de seus problemas e suas necessidades. Somente sendo uma pessoa da

³ Mesmo com todo afincio da equipe de pesquisa, não foi possível localizar nenhum exemplar desta cartilha.

comunidade e estando conscientemente interessado por ela, poderia exercer uma liderança autêntica e democrática. (Fávero, 2006, p. 137)

E, por ser um movimento ligado à Igreja Católica, trabalhava-se a espiritualidade, na busca da promoção humana. Mais do que isto, “para muitos bispos o MEB não poderia deixar de ser também catequético – isto é, não poderia deixar de ensinar e divulgar os princípios fundamentais da doutrina cristã.” (Fávero, 2006, p. 96)

Toda a ação do MEB Tefé era sistematicamente planejada e avaliada. Fazia-se um plano trienal, com objetivos e metas a serem alcançadas na alfabetização de adultos e na organização popular dos povoados. Planejava-se em equipe cada ano, detalhando o calendário das programações radiofônicas, os cursos e treinamentos e as viagens de supervisão. Enquanto resultados obtidos, alguns entrevistados afirmam que o MEB Tefé, em seus 42 anos de atuação na região, teria conseguido alfabetizar 85% da população interiorana, como também conscientizado os ribeirinhos a reivindicar por melhores condições de vida.

Não se pode negar que a ação educativa e organizativa do MEB Tefé em sua ampla área de atuação, representou um forte avanço para a região, uma vez que eram atingidas comunidades mais distantes. “A Rádio Educação de Tefé, juntos com as pastorais foram os instrumentos de ação missionária da Prelazia, no centro da selva amazônica, contribuindo para o desenvolvimento das populações caboclas ribeirinhas do Médio Solimões, tornando sempre presente a missão de Cristo entre nós”. (Pessoa, 2002 p. 9)

A partir dos anos de 1970, na região Norte, o então designado Departamento de Tefé, junto com os municípios de São Paulo de Olivença, *Amaturá*, Parintins, Vila Mãe do Rio, Santarém, Conceição do Araguaia e de Marabá, passaram a formar o Departamento do Amazonas. Nesse período, quando havia diminuído o apoio oficial, a Igreja passou a receber ajuda de instituições internacionais para manter o movimento funcionando. O MEB Tefé beneficiou-se dessas ajudas, permitindo certa regularidade no seu funcionamento, nos períodos mais críticos. Mas Fávero (2006, p.117) afirma:

Foram claramente sentidas e expressas a inviabilidade de se continuar dependendo financeiramente do Estado e a impraticabilidade desse financiamento vir a ser substituído por ajudas internacionais – algumas pedidas e conseguidas, mas de pequena significação para o volume de trabalho. Também por isso volta-se o MEB para o povo, buscando encontrar novas perspectivas que possibilitem sua sobrevivência e talvez, no limite, sua independência.

Em Tefé, este fato não foi diferente. Segundo Pessoa (2006), nos anos de 1970, quando conseguiu ajuda financeira internacional, o MEB Tefé passou a desenvolver seus trabalhos educativos e de organização social em separado do MEB Nacional. Em meados da década de 1980, no entanto, retoma sua ligação com ele, mas seguindo sempre com os mesmos objetivos anteriores: a transmissão de programas radiofônicos, a organização comunitária dos trabalhadores rurais e a formação religiosa.

Confronto pedagógico MEB e MOBREAL em Tefé (1976-1982)

O Mobral foi criado pela lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e, após um período experimental de dois anos, estruturou-se como movimento nacional e passou a ser desenvolvido em larga escala. Em Tefé, foi instalado apenas a partir de 1973. O MOBREAL atendia aos objetivos do governo autoritário que não poderia ignorar da área de educação, especialmente a alfabetização e a escolarização de adolescentes e adultos, considerada imprescindível para a almejada proposta de crescimento econômico do país.

O Mobral se estabeleceu por meio de Comissões Municipais, compostas por voluntários e líderes locais para desenvolver as atividades de alfabetização. Segundo com Corrêa (1979), essas Comissões tinham autonomia no desenvolvimento de suas funções; no entanto sabe-se que essa autonomia dependia dos resultados alcançados; se não atendessem aos objetivos pré-estabelecidos, havia interferência dos representantes da Comissão Nacional, sediada no Rio de Janeiro.

No período do governo ditatorial, Tefé oferecia à população dois movimentos com a finalidade de promover alfabetização para jovens e adultos; estes se apresentavam, porém, com objetivos diferentes. O Mobral visava a erradicar o analfabetismo em apenas dez anos de atuação. Para ele, o importante era fazer com que as pessoas aprendessem a ler e escrever, para atuar no mercado de trabalho. Segundo Jannuzzi (1979), para o Mobral a educação era colocada como pré-requisito para o desenvolvimento econômico, considerando-a como o principal fator para o desenvolvimento da Nação. Na perspectiva do governo autoritário, esse fator era considerado primordial para que os dirigentes atingissem seus objetivos políticos.

A educação oferecida pelo MEB era diferente daquela pensada pelo MobraL, uma vez que propiciava aos menos favorecidos uma educação mais humana, como também os conscientizava de seu valor como sujeito ativo e participativo na sociedade, motivando-os para provocar mudanças.

Mobral e MEB utilizavam critérios diferentes para selecionar seus funcionários. No primeiro, as indicações eram feitas pelos líderes políticos. Analisando os dados documentais a nível local verificou-se que o Mobral não fazia nenhum tipo de seleção curricular para contratar seus professores; todos os cargos eram ocupados por indicação da Comum em Tefé, o que converge com as decisões tomadas em âmbito nacional. No segundo, a escolha dos supervisores era feita em um processo seletivo, no qual eram testavam os conhecimentos dos candidatos e o interesse maior no trabalho. Ana Mota, ex-supervisora do MEB afirma: “Ingressei através de concurso, então teve o concurso em agosto de 1979, aí eu fui aprovada e no dia 10 de setembro de 1979 eu já fui contratada”. Por sua vez, os professores/monitores eram escolhidos pela comunidade dentre aqueles que sabiam ler e escrever e que dispunham a um trabalho voluntário.

Analisando-se as entrevistas concedidas pelas ex-professoras/monitoras de ambos os movimentos, constata-se que não dispunham de formação específica para lecionar, mesmo porque em Tefé, a universidade foi inaugurada apenas em 2000. As pessoas que possuíam melhores condições econômicas iam a outras cidades para continuar os estudos, nem sempre cursando a licenciatura e mesmo não retornando à cidade de origem. Neste período era comum admitir alunos ao cargo de professores mesmo quando não tivessem concluído o ensino fundamental, como se pode ver no relato colhido junto à Tereza Oliveira, ex-professora que atuou no MEB e no Mobral:

Quando eu dei aula no MEB e no Mobral eu tinha 20 anos [...] eu estava na 5ª série, naquele tempo a gente estudava tudo, era como se fosse a 8ª série, saia quase formada. Eles pesquisavam pela comunidade quem queria dar aula, quem tinha capacidade [...] sabia ler e escrever, como eu já dava aula pela Seduc, eu fui.

Ao analisar a documentação acerca dos movimentos pode-se dizer que apesar de seus objetivos serem bastante distintos, ambos possuíam algumas características comuns e enfrentavam dificuldades semelhantes.

Segundo Corrêa (1979), o Mobral era um movimento municipalista, pois adotou uma política descentralizada, em que as Comissões Municipais tinham autonomia e liberdade para executar e tomar as decisões necessárias no que se refere à execução do projeto. No entanto, Haddad (1991), afirma que o Mobral Central criou uma estrutura centralizada, adequada aos objetivos políticos pré-estabelecidos, uma vez que sua intenção era a de criar uma campanha de massa com controle doutrinário.

No que tange ao âmbito local, verificou-se que o Mobral tinha uma postura hierárquica, já que as Comissões Municipais estavam atentas ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelos professores, e isso se dava através de fiscalização dos supervisores. O processo pedagógico deste movimento era centralizador e hierárquico, uma vez que o professor não tinha autonomia para desenvolver suas atividades, pois estas já se encontravam pré-estabelecidas pelo Mobral Central, cabendo aos professores, apenas colocá-las em prática.

As entrevistas realizadas revelam que a estrutura e organização hierarquia da Comissão Municipal do Mobral em Tefé não ocorreram de forma tão intensa, pois segundo os relatos de ex-professoras, os supervisores iam uma vez ao mês visitá-las, quando iam. Acredita-se que essa situação se deve ao fato de não haver recursos financeiros suficientes para contratar funcionários para acompanhar o trabalho do professor de uma forma mais efetiva. E como as comunidades se encontravam distantes era preciso também assumir a manutenção dos barcos e as despesas de viagem. No que diz respeito ao MEB, a supervisão era mais frequente, pois existia um número maior de funcionários e barcos e contava com o apoio da prelazia para as viagens.

De acordo com Corrêa (1979), o Mobral não era um programa centralizador e hierárquico, uma vez que seus programas tinham caráter revolucionário e aberto para que as pessoas participassem e discutissem com toda liberdade os problemas enfrentados naquele contexto. No entanto, isso não passava de um discurso oficial, que diverge da realidade local, pois o que ocorreu em Tefé foi o desenvolvimento de um projeto que reproduziu os interesses da elite governamental. Jannuzzi (1979) afirma que o Mobral não tinha a preocupação em desvelar a realidade do aluno, muito menos fazê-lo um cidadão consciente, pois isto põe em risco o interesse da classe dirigente que pretendia apenas capacitá-lo para desenvolver uma função específica no mercado de trabalho.

Com base nas entrevistas realizadas com sujeitos envolvidos no Mobral, verificou-se que as atividades desenvolvidas por ele em Tefé já vinham todas pré-definidas pelo Mobral Central, cabendo aos supervisores treinar e vigiar os monitores para executá-las, sem modificações. Isso se pode perceber no depoimento de Eliézio Moura ex-supervisor do Mobral: “Já vinha uma cartilha, todo o material que o professor pegava e repassava aos alunos [...] “já tinha toda uma estrutura, que chegava e tinha que ser executada”. Diante de tais afirmações percebe-se que foi adotado um método antidialógico, em que professores e alunos não participavam do processo de construção de conhecimento.

Constatou-se também que o MEB, apesar do controle dos supervisores, tinha uma postura democrática, já que as atividades pedagógicas eram pensadas e desenvolvidas com base nas experiências adquiridas nos encontros realizados com os monitores, supervisores e coordenadores do programa. Neste momento, os professores podiam criticar o que não estava dando certo, sugerir melhorias e expor suas idéias. Sendo assim, o método adotado pelo MEB, com base nos princípios de Paulo Freire, foi um método dialógico; o professor, o aluno e a comunidade trabalhavam juntos, com respeito, humildade e paciência, acreditando que ambos eram capazes de problematizar a realidade de maneira crítica, buscando soluções para a melhoria de todos os homens e mulheres.

As fontes documentais revelaram que embora os movimentos possuíssem objetivos distintos, ambos caminharam lado a lado, enfrentando muitas vezes os mesmos problemas e procurando superar as mesmas dificuldades. A partir de 1973, o MEB e Mobral passaram a trabalhar em parceria; como o Mobral não possuía infra-estrutura para fazer supervisão nas comunidades, contava com o apoio do MEB, que geralmente cedia parte de seus funcionários, bem como os barcos para que os supervisores chegassem até as comunidades.

Nem sempre, no entanto, a equipe do MEB podia colaborar com o Mobral já que tinha também seus compromissos. Algumas situações levaram o MEB a decidir cancelar os convênios, alegando não ter condições de ceder suas embarcações e custear as despesas geradas dos funcionários do Mobral durante as viagens. No entanto, entre os anos de 1979 a 1983, os movimentos voltaram a firmar convênios, pelos quais o MEB responsabilizava-se pela alfabetização dita “funcional” nas comunidades rurais pertencentes ao município de Tefé e o Mobral pela distribuição dos materiais didáticos e o pagamento dos monitores. De acordo com Ana Mota, ex-supervisora do MEB:

Existia uma parceria entre o MEB e o Mobral, os dois tinham o mesmo objetivo de alfabetizar, sendo que o Mobral era voltado só mesmo para a leitura e a escrita e o MEB era uma alfabetização ou uma educação mais ampla, uma evangelização e uma educação que a gente acostumava dizer para a vida, ler e escrever, mas também reivindicar os seus direitos é cumprir com seus deveres, é viver em comunidade, buscar melhorias não só pra si, mas para o grupo comunitário em geral. Reivindicar escolas, saúde, o pagamento dos professores, buscar melhoria para a agricultura, melhores preços de seus produtos, então o MEB via assim a coisa bem mais ampla. E o Mobral se dedicava apenas ao ler e escrever, o alfabetizar para dominar a escrita e a leitura. E aí os dois caminhavam com esses objetivos e praticamente a relação dos dois era educar. Eles tinham bom relacionamento e trabalhavam em parceria.

Em relação ao pagamento dos monitores, encontram-se divergências: os documentos mostram que havia pagamentos para os professores, mesmo que irrisório e atrasado; em entrevistas, ex-monitores do Mobral afirmam o não recebimento do salário, sendo este o principal motivo da desmotivação em trabalhar nele. Alguns monitores do MEB afirmaram que receberam uma pequena gratificação, enquanto outros afirmaram que não receberam pagamento algum, pois trabalhavam de forma voluntária. Fica o questionamento: onde teriam sido aplicados os recursos destinados ao pagamento dos professores/monitores?

Os dois movimentos pregavam o discurso de que o método de alfabetização adotado estava baseado nos princípios de Paulo Freire, já que pensavam em uma pedagogia libertadora. No entanto as entrevistas revelaram que no caso do Mobral a concepção freiriana foi completamente destorcida. Segundo Eliézio Moura, ex-supervisor do Mobral “[...] O que

fizeram foi pegar alguma coisa da pedagogia freiriana, colocaram como alguns objetivos do Mobral e a distorceram completamente; na prática não era bem assim que funcionava”.

De acordo com Jannuzzi (1979), Paulo Freire pensava a práxis social como construção de um mundo refletido com o povo; já o Mobral objetivava trazer o povo ao modelo de mundo idealizado pela elite. Dessa forma, o Mobral, embora afirmasse propor um método embasado na metodologia freiriana, não desenvolveu práticas pedagógicas em que levasse em conta a realidade dos alunos. Além disso, não propiciou uma educação reflexiva, pois partia do pressuposto de que apenas alguns homens (elite) tinham a capacidade de pensar e reconhecer o que era melhor para toda a sociedade. Quanto ao MEB, acreditava que o aluno obtinha, pela alfabetização, a possibilidade de dialogar acerca dos problemas enfrentados pela sociedade, tendo assim, consciência de seus direitos e deveres.

De acordo com Corrêa (1979), o Mobral criou vários programas que priorizavam as áreas profissionalizantes, cultural, de saúde e ação comunitária. Em âmbito local constatou-se que foram oferecidos pelo Mobral alguns cursos profissionalizantes: corte, costura, treinamento de parteiras e artesanato. No MEB eram organizadas atividades na agricultura como, por exemplo: plantio de roças, hortas, campo de futebol, limpeza em área com pequeno povoado, casas, lago comunitário, reformas habitacionais, cuidados com a criação de animais domésticos, festas cívicas, populares, dos santos padroeiros e tantas outras atividades coletivas.

No entanto, o MEB tinha como prioridade desenvolver atividades agrícolas em roças comunitárias, visando arrecadar recursos financeiros para melhorar a qualidade de vida do povo ribeirinho, bem como para custear necessidades imprevistas como socorrer doentes, comprar combustível, construir casas comunitárias ou mesmo a sede da escola. Na documentação analisada, encontram-se afirmações sobre melhoria na qualidade de vida conseguida por alunos, por terem tido a oportunidade de produzir e cultivar hortas comunitárias, produzindo grande quantidade de hortaliças que eram vendidos por um preço melhor, gerando mais recursos no âmbito familiar e aos próprios moradores da comunidade. Neste sentido pode-se dizer que a atuação do MEB ia além de fazer com que as pessoas aprendessem a ler e escrever.

Segundo Corrêa (1987), o Mobral veio transformar o quadro educacional, social e econômico da sociedade mais carente do país. No entanto, não foi possível constatar tais mudanças no âmbito local, já que as fontes em análise revelaram que a situação sócio-econômica dos alunos não foi alterada a partir do ingresso no movimento, uma vez que tal projeto não dava condições aos alunos para prosseguirem seus estudos. A atuação do Mobral se limitava às séries iniciais do ensino fundamental e tinha duração de apenas cinco meses, o que na opinião dos professores comprometia a qualidade do ensino-aprendizagem. Percebeu-se também que a maioria dos ex-alunos e ex-monitores do Mobral não progrediu no âmbito social e intelectual e que ainda permanecem nas comunidades ribeirinhas, desprovidos dos direitos a educação, saúde e saneamento básico.

Os documentos revelaram o seguinte perfil dos alunos do Mobral: eram adultos com mais de 35 anos de idade, na sua grande maioria chefes de família, que trabalhavam em situações precárias, com carga horária extensa. Em decorrência, ao chegar à sala de aula já estavam cansados e preocupados com os filhos pequenos que haviam deixado sozinhos em casa dificultando assim o andamento do ensino-aprendizagem. Além disso, as salas de aulas eram desconfortáveis, havia inúmeros insetos, o que comprometia a concentração dos alunos, já que estes tinham que se defenderem dos ataques destes insetos.

No que se refere ao MEB, verificou-se que os alunos pertenciam a uma faixa etária mais jovem, a partir dos 12 anos de idade. Os que tinham até 15 anos estudavam no período

da manhã e os maiores de 15, no turno da noite. A grande maioria, no entanto, também era de adultos que não tiveram a oportunidade de estudar no ensino regular na idade própria.

Outro fator que deve ser levado em consideração em Tefé é que a maioria os alunos tinham baixa estima e não acreditavam na possibilidade de alcançar melhores condições de vida. Os dados da pesquisa revelam que estes alunos consideravam estar em idade avançada e, por isto, não ter mais chances para progredir em termos econômico, profissional e intelectual. No entanto, os alunos consideravam o fato de aprender ler e escrever um grande privilégio, uma vez que não sabiam nem assinar seu próprio nome.

Pode-se afirmar, com base na pesquisa, que os alunos do Mobral desconheciam os reais objetivos do movimento. Talvez por isso acreditavam ter ele propiciado bons frutos e que, apesar de ser um projeto eleitoreiro, proporcionou a muitos alunos a alfabetização, algo tão almejado pela população carente. Podemos perceber tais afirmações no relato concedido por Antonio da Silva, ex-aluno do Mobral:

O Mobral era um projeto de suplência, dentro de um projeto ditatorial, avalio como um projeto bom, de instrução, de oportunizar as pessoas que nunca tinha chegado à sala de aula, que nunca aprenderam a ler e escrever, que só pegava no paneiro, na mandioca, no teçado, então considero um projeto bom em si, apesar de estar num governo ditatorial, que permitiu a milhões de pessoas adquirir a luz do saber, que é dominar as sílabas e chegar as conversações das palavras, visava um projeto que bem ou mal cumpriu a parte pedagógica de suplência.

No entanto, outros alunos discordaram da opinião acima, apresentando certo descontentamento acerca da atuação deste Movimento. Na concepção desses alunos o projeto não passou de uma perda de tempo, pois não proporcionava condições necessárias para um bom aprendizado, faltavam professores qualificados, materiais didáticos e motivação por parte dos alunos. No que se refere aos alunos do MEB, verificou-se que estes demonstraram satisfação, por dele terem feito parte, acreditando na sua importância para a formação dos sujeitos envolvidos e para o desenvolvimento das comunidades.

Considerações finais

O ribeirinho era oprimido demasiadamente pelos patrões da selva amazônica, “senhores” dos seringais, ou mesmo pelos seus representantes através do coronelismo de “barranco” do período áureo da borracha, o qual bania toda e qualquer ação educativa que viesse favorecer e esclarecer os direitos do povo. Considera-se que o MEB exerceu um papel crucial no desenvolvimento do contexto sócio-educacional, porque não só alfabetizava o povo, mas conscientizava-o, libertava-o da alienação para o convívio integral, incentivando-o a viver em sociedade organizada.

No entanto, em toda a região de Tefé, a aprendizagem dos alunos ficava de certa forma comprometida, pois, na maioria das comunidades, além do professor não ter formação específica, não havia também escolas ou estas se encontravam em situações bastante precárias, sendo o professor, obrigado a lecionar na sua própria casa ou nas casas comunitárias. Para a iluminação, como foi dito, utilizava-se a lamparina ou o lampião, pois não dispunham de energia elétrica. De acordo com as entrevistas feitas com os ex-alunos percebeu-se que a falta de energia elétrica também contribuiu de forma significativa nas dificuldades de ensino-aprendizagem dos alunos, tanto do MEB como do Mobral. Como diz José, ex-aluno do Mobral:

Imagine ler a luz da lamparina, você uma pessoa com 50, 70 anos com uma vista totalmente deteriorada, tendo que estudar a luz da lamparina, que é uma luz vermelhinha, que quando a gente está muito perto, o nariz fica cheio de borrãozinho, isso era muito difícil.

Além da dificuldade citada, também a distância enfrentada pelos alunos que, na maioria das vezes, tinham de se deslocar de uma comunidade para outra, para assistir às aulas; o cansaço depois de um dia inteiro de trabalho na agricultura; a fome e até mesmo a idade provocavam altos índices de desistência.

Quanto aos supervisores, o fator distância também foi citado como um dos pontos negativos, tanto no caso do MEB como no Mobral. A supervisão exigia disponibilidade para viajar pelas comunidades a fim de supervisionar o trabalho pedagógico dos monitores. Como foi dito, as viagens eram feitas por via fluvial; a equipe tinha que viajar por muitas horas sentadas na mesma posição, os barcos eram de pequeno porte e pouca potência o que retardava as viagens. Nos depoimentos, os supervisores reclamavam também dos insetos (carapanã, mutucas) que os atacavam as margens dos rios, não raro causando doenças.

No caso do Mobral, tanto a análise documental quanto os depoimentos mostraram que sua atuação em Tefé divergiu do discurso oficial pregado por Corrêa (1979), podendo-se afirmar que pouco contribuiu para desenvolvimento social e econômico dos sujeitos envolvidos no processo.

Quanto ao MEB, seu objetivo central era o de contribuir para a elevação da qualidade de vida de seus alunos, dando a estes a oportunidade de conhecer e buscar seus direitos, bem como prepará-los para se defender das injustiças sociais. A pesquisa permite afirmar que esse objetivo foi atingido, pelo menos em parte, em determinadas áreas e parcelas da população ribeirinha. É interessante notar que muitos de seus alunos conseguiram progredir nos estudos, chegando a cursar faculdade e atuar em cargos públicos, como professores, funcionários públicos, vereadores.

Na omissão dos governos na promoção de políticas públicas em educação, é marcante a presença da Igreja Católica na promoção social do povo ribeirinho, em particular a atuação do MEB. No entanto, apesar de sua relevância para a história regional, continua sendo um movimento pouco conhecido e valorizado pelos educadores, com raras exceções, e pela população e mesmo líderes religiosos católicos locais.

Espera-se que o presente trabalho contribua com a preservação e divulgação da história e memória da educação em Tefé e no Médio Solimões, e que venha a contribuir para futuras pesquisas na história do MEB e também do Mobral.

Referências bibliográficas

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. *Os primeiros tempos: 1948-1971*. São Carlos: Edufscar, 2000.

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAL, 1979.
- FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular*. Análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados, 2006.
- _____. *Coleção MEB – Movimento de Educação de Base*. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/meb.htm>. Acesso em outubro de 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática docente*. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- HADDAD, Sérgio. *Estado e educação de adultos (1964-1985)*. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 1991.
- JANNUZZI, Gilberta Martino. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- MEB – Movimento de Educação de Base. *Documentos legais*. Rio de Janeiro: MEB, 1961, mimeo.
- _____. *Encontro Nacional de Coordenadores 1º (5 a 15 dez.: Recife), Conclusões*, v. 2, 1962.
- _____. *Fundamentação do programa para 1965 – 1ª parte: Estudos Sociais, 1.1 Cultura*. Rio de Janeiro: MEB, 1965, mimeo.
- MEILY, José Carlos Sebe Bom. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. *Manual da história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.
- PESSOA, Lopes Protásio. *Da educação radiofônica à educação política*. Semana Dom Joaquim. Assim é contada a nossa história. Tefé: 2002, mimeo,
- _____. *História da Missão de Santa Tereza D'Ávila dos Tupebas*. Manaus: Novo Tempo, s/d.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Educação de adultos: histórias e memórias da década de 60*. Campinas: Autores Associados; Brasília: Plano, 2003.